

29 SET 1993

quarta-feira, 29/9/93 • 9

JORNAL DO BRASIL Governo

nega privilégio

BRASÍLIA — A determinação de tapar os *ralos* por onde escoam os recursos dos cofres públicos levou o Ministério da Justiça a indeferir os pedidos de concessão de título de utilidade pública para 37 entidades, entre elas diversas mantenedoras de escolas particulares. Só no Rio de Janeiro ficaram de fora quatro entidades, a Junta de Educação da Convenção Batista Carioca, o Sólazer (Clube dos Excepcionais), a Fundação Octávio Gouvêa de Bulhões e o Serviço de Assistência dos Plantadores de Cana, este com sede em Campos.

As instituições que tiveram seus pedidos indeferidos ficarão obrigadas a recolher impostos, tributos e contribuições na forma da lei, não poderão candidatar-se a receber recursos públicos, auferir os resultados de loterias nem oferecer garantia de isenção de impostos a quem lhes fizer doações em dinheiro. A lista de entidades que tiveram sua pretensão negada, publicada ontem, reflete apenas o início de um longo processo de revisão de todos os títulos de utilidade pública, inclusive os já concedidos. A iniciativa visa evitar que as mantenedoras de escolas particulares, que auferem lucros considerados abusivos, utilizem a declaração de utilidade pública para escapar do Fisco.

Em São Paulo, o Colégio Regina Mundi, a Fundação Escola de Sociologia e Política, Sociedade Educacional São Paulo e a Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar também tiveram seus pedidos negados.